

Nova Língua Interior: 500 anos de história dos judeus no Brasil

Keila Grinberg

Moishe Nadir, escritor judeu oriundo da Europa Oriental, contava em uma de suas histórias que havia comprado um lote de ações de uma companhia de exploração de cobre. Como as ditas ações não cessassem de cair, ele foi ter com o vendedor, pedindo-lhe explicações para a brusca queda. Este lhe respondeu que o problema era compreensível: a culpa era do Brasil. E seguiu contando a difícil situação econômica vivida pelo país, que havia tido naquele ano uma péssima colheita de bananas, o que havia incidido negativamente sobre a indústria do cobre e, portanto, sobre o valor de suas ações. Ao ouvir isso, Moishe teria respondido: “Isto significa que agora meu destino depende completamente do Brasil e de suas bananas...”.

Nadir não entendia nada de bananas, e menos ainda sabia sobre o Brasil. Mas, mesmo sem dar-se conta, em sua história ele mencionou dois importantes pontos da trajetória coletiva do grupo étnico ao qual pertencia, ainda que aparentemente contraditórios: de um lado, o absoluto desconhecimento sobre o Brasil, às vezes visto como eldorado, às vezes como inferno tropical, e, de outro, seu papel fundamental nos vários movimentos de imigração judaica ocorridos nos últimos séculos. De fato, nos últimos quinhentos anos, por diferentes razões, o Brasil foi o destino escolhido pelos milhares de judeus e cristãos-novos – portugueses de origem judaica convertidos ao cristianismo – que aqui aportaram, originários de Portugal, Espanha, Marrocos, Inglaterra, França, Turquia, Alemanha, Áustria, Polônia, Rússia, Romênia, Holanda, Hungria, Egito e tantos outros países.

Na realidade, toda história da trajetória dos judeus no Brasil deve começar antes mesmo da chegada da frota de Cabral; ela tem início em 1492, quando os Reis Católicos, depois de anos de perseguição do Tribunal da Inquisição, assinaram o decreto de expulsão da Espanha de todos aqueles judeus que não haviam se convertido ao cristianismo. Este episódio inaugurou um grande movimento migratório dos judeus *sefaradim* (provenientes de *Sefarad*, Espanha, ao contrário dos *ashkenazim*, originários, genericamente, da Europa Central e Oriental) que, de lá, rumaram para o Império Otomano, para as estepes polonesas e russas, para o Marrocos e, principalmente, cruzaram a fronteira em direção a Portugal.

Ainda que seja exagerada a estimativa de que, na década de 1490, quase 200.000 judeus habitassem Portugal (praticamente 20% de sua população total), é lícito afirmar que, dentre os habitantes deste reino naquele fim de século, um contingente expressivo era formado por judeus, dedicados às atividades urbanas e científicas e ao comércio de larga escala. Em 1497, também em Portugal os judeus foram obrigados a converter-se ao catolicismo, por razões que ainda hoje são objeto de polêmica. Fosse por perseguição religiosa, por motivos econômicos ou por interesses dinásticos, o fato é que, naquele momento, milhares de judeus foram compulsoriamente transformados em cristãos-novos, nova categoria da sociedade portuguesa que, juntamente com os grupos de origem moura ou africana, carregavam consigo a *mancha de sangue* de não serem católicos puros.

Nos decênios que se seguiram, várias levas de cristãos-novos deixaram Portugal, ao mesmo tempo que aconteciam revoltas e massacres contra sua permanência no reino, tanto que até o terremoto de 1531, que sacudiu Lisboa e adjacências, foi atribuído à presença de cristãos-novos e judaizantes. Não por acaso, naquele mesmo ano a Coroa portuguesa solicitou a nomeação de um Inquisidor para o reino; a partir de 1540, quando o primeiro auto-de-fé foi realizado, cristãos-novos e principalmente aqueles que, dentre eles, ainda guardavam práticas religiosas judaicas, fizeram todos os esforços para sair de Portugal.

Tudo isto aconteceu no meio século em que Portugal, depois de muito rondar a costa brasileira, iniciava a colonização do novo território. Por isso, era de se esperar que, entre os tripulantes das embarcações e os primeiros colonos europeus estabelecidos no Brasil, houvesse cristãos-novos. Assim que, na própria tripulação de Cabral, havia pelo menos um: Gaspar da Gama, judeu de nascimento, convertido ao cristianismo por Vasco da Gama depois de ter passado pela Turquia, por Meca e de ter sido aprisionado na Índia. Como falava muitas línguas, ele foi incorporado como intérprete, perito e conselheiro de Pedro Álvares Cabral, e consta que teria sido, junto com Nicolau Coelho, um dos primeiros a desembarcar em território brasileiro, com a missão de tentar entender o idioma falado pelos indígenas. Sabe-se também que ao grupo de cristãos-novos liderados por Fernando de Noronha – de cujas origens judaicas ainda restam muitas dúvidas – foi concedido pela Coroa o privilégio de arrendar o comércio do pau-brasil.

De fins do século XVI a meados do XVII, havia vários senhores de engenho de origem cristã-nova na Bahia, e boa parte da chamada açucarocracia pernambucana,

formada por senhores de engenho, traficantes de escravos e grandes comerciantes, era composta de cristãos-novos. Durante todo este período, encontram-se cristãos-novos estabelecidos em diversas capitanias e exercendo as mais variadas funções: além dos já citados senhores, cujas posses e engenhos os situavam no mais alto degrau da sociedade colonial, havia também artesãos, pequenos lavradores, comerciantes, bacharéis, militares e cirurgiães. Apesar da proibição formal da participação na administração, também havia muitos cristãos-novos ocupando postos importantes, como cargos políticos nas municipalidades e posições de alto escalão na burocracia e no clero.

Pelo menos até a Primeira Visitação do Santo Ofício da Inquisição ao Brasil, ocorrida entre 1591 e 1595, cristãos-novos integravam-se bem à sociedade local, convivendo com cristãos-velhos portugueses, com quem compartilhavam experiências e medos comuns a todos os colonos, frequentando as mesmas igrejas, realizando negócios e também casando-se entre si.

Tabela 1: Casamentos de Cristãos Novos com Índios, Mestiços e Cristãos Velhos, 1591-1595

Local \ Parceiros	Índios	Mestiços (Pardos ou Mamelucos)	Cristãos Velhos	Cristãos Novos
Bahia	2	2	27	28
Pernambuco	-	1	43	26
Itamaracá	-	-	14	12
Paraíba	-	1	5	-
Total	2	4	89	66

Fonte: Livros de Denúncias e Confissões da Primeira Visitação do Santo Ofício. In: MAIA, Ângela. *À Sombra do Medo: cristãos velhos e cristãos novos nas Capitanias do Açúcar*. Rio de Janeiro: Oficina Cadernos de Poesia, 1995, p. 244.

Neste caso, teria sido a presença do Visitador Inquisitorial, com a incitação às denúncias de heresias, práticas judaizantes e delitos em geral contra a fé católica, o que teria levado ao afrouxamento dos laços de sociabilidade entre cristãos-novos e velhos no Brasil. Aí reside a grande polêmica da história dos cristãos-novos no Brasil: eles seriam realmente criptojudéus, mantendo o judaísmo às escondidas por várias gerações, ou haviam se tornado bons cristãos? O Santo Ofício estaria realmente recebendo denúncias de cristãos-novos judaizantes ou, através de seu próprio estímulo, teria feito “judeus a esses homens”, como teria dito o cunhado do Padre Antonio Vieira? A idéia de que a Inquisição prendia cristãos-novos por motivações econômicas corria à solta àquela época. Isto não quer dizer, no entanto, que não houvesse criptojudéus no Brasil, principalmente durante o período inicial da colonização, como a centenária Ana Rodrigues, que havia nascido judia e, ainda

menina, convertida à força em Portugal, de onde havia imigrado para a Bahia em 1557, ou Branca Dias e seu marido Diogo Fernandes, administrador de engenho em Pernambuco, que aparentemente haviam criado uma sinagoga em Camaragibe.

Perguntas como estas não merecem respostas simples; provavelmente, ambas as situações ocorreram, com importantes variações temporais: mais famílias de cristãos-novos judaizavam no século XVI, quando ainda viviam os conversos de 1497, seus filhos e netos, do que no século XVIII, numa época em que já várias gerações separavam os cristãos-novos de seus ascendentes judeus. Ao mesmo tempo, cabe perguntar se a manutenção de certos rituais judaicos significava efetivamente a prática do judaísmo; muitas vezes um denunciado só aprendia na prisão que seguir o costume familiar de fazer pão ou limpar a casa às sextas-feiras era parte da tradição judaica. Mesmo assim, é fato que, depois de tantos anos vivendo no catolicismo, a imensa maioria dos cristãos-novos acabou realmente por perder os laços com a religião judaica, tornando-se católicos de fato e de direito.

A questão torna-se mais intrigante quando analisamos o período da ocupação holandesa nas regiões de Recife, Itamaracá e Paraíba, ocorrida entre 1630 e 1654. Muitos membros da comunidade judaica da Holanda, de origem portuguesa e espanhola, estabeleceram-se em Pernambuco neste período, quando foi instituída a tolerância religiosa para os seguidores da fé judaica. Embora não se saiba exatamente quantas pessoas formaram esta comunidade – a congregação *Zur Israel*, a primeira das Américas – estima-se que tenha chegado a um número máximo de 1450 habitantes, cerca de metade da população civil branca, em 1645, decrescendo posteriormente. Dedicados a diversas atividades urbanas, estes judeus destacaram-se principalmente pelo envolvimento no comércio de açúcar e escravos e pela aquisição do direito de arrecadação de impostos, exercendo funções semelhantes às praticadas há séculos na Europa.

Quadro 2: Direitos de Arrecadação de Impostos Adquiridos por Judeus ao Governo do Brasil Holandês

Datas das vendas dos direitos	Direitos comprados por judeus	Total dos direitos vendidos	% dos direitos de comprados por judeus
30 de Julho de 1636	5.650	5.650	100,0
12 de Agosto de 1638	206.800	280.900	73,6
11 de Agosto de 1639	181.300	227.100	80,0
31 de Julho de 1641	28.200	292.100	9,7
31 de Julho de 1642	192.400	357.850	54,0
31 de Julho de 1643	203.600	298.200	68,3
2 de Agosto de 1644	188.800	206.500	91,6
31 de Julho de 1645	182.191	228.066	80,0

Fonte: *Notulen van Brasilie*. In: WIZNITZER, Arnold. *Os Judeus no Brasil Colonial*, São Paulo:Edusp/ Pioneira, 1966, p. 61

Motivados pela chegada destes judeus, muitos cristãos-novos vivendo nas redondezas decidiram declarar abertamente seu judaísmo – opção nada fácil, pois implicava na circuncisão e na adoção de costumes para eles desconhecidos, pois nem sempre as práticas da religião judaica se coadunavam com aquelas realizadas pelos criptojudeus –, enquanto outros tantos optaram por não fazê-lo, fosse por medo de uma reviravolta política, fosse por não mais se identificarem com o judaísmo. Mas é possível que nenhuma destas escolhas eliminasse o desconforto implícito na condição de cristão-novo, já que, como disse Anita Novinsky, não eram nem cristãos para os cristãos, nem judeus para os judeus. Depois da expulsão dos holandeses, ao contrário da maioria, que imigrou para a Holanda – mas também para o Caribe e a América do Norte, onde vinte e três judeus oriundos do Brasil fundaram a primeira comunidade judaica daquelas terras em Nova Amsterdam, conhecida hoje como Nova York – alguns cristãos-novos que haviam adotado o judaísmo resolveram voltar a ser cristãos, preferindo permanecer no Brasil, o que demonstra a inexistência de regras absolutas que determinassem o comportamento dos cristãos-novos, mesmo quando a prática do judaísmo era oficialmente permitida.

Esta situação veio a ser modificada a partir da segunda metade do século XVIII, quando o marquês de Pombal começou a colocar em prática sua política de modernização do Estado português, o que incluía a eliminação da participação dos jesuítas nos projetos de colonização e o alijamento de parte da nobreza do poder. Estes foram substituídos por grupos de comerciantes, muitos deles cristãos-novos, a quem Pombal havia concedido monopólios e privilégios. Neste quadro está inserida a reformulação da Inquisição, que agora passava a ser tribunal subordinado à Coroa, e a extinção da diferenciação formal entre cristãos-novos e velhos, realizada definitivamente com a Carta-Lei de 1773. A nova regra é de extrema importância: ao extinguir para sempre a *marca de sangue*, ela caracteriza o fim da primeira fase da história dos judeus no Brasil, marcada pela proibição – à exceção do período de dominação holandesa – da prática do judaísmo ao mesmo tempo em que inaugura, ainda que lentamente, a era de tolerância religiosa que os tempos vindouros viriam confirmar.

De fato, anos depois, com a abertura comercial decorrente da vinda da Corte para o Brasil, foi necessário enfrentar a questão do status dos estrangeiros não-católicos que, por

força de seus negócios, passariam a frequentar os mercados brasileiros. A Inglaterra, principal parceira comercial do reino e de população majoritariamente protestante, preocupava-se em garantir liberdade de culto para seus súditos. Foi por isso que, no artigo XII do tratado comercial de 1810, ficou estabelecido que “os vassallos de Sua Majestade Britânica (...) não serão perturbados, inquietados, perseguidos e molestados por causa de sua religião.” Este decreto nem de longe igualava outras religiões ao catolicismo – suas capelas tinham que ser discretas, semelhantes a casas de habitações, e não se podia fazer uso de sinos –, mas, como foi mais tarde confirmado pela Constituição do recém-independente Império do Brasil, ele estabeleceu definitivamente a liberdade religiosa no país.

E seus efeitos não tardaram a aparecer: ainda nas primeiras décadas do século XIX, comerciantes judeus ingleses e franceses mudaram-se para o Rio de Janeiro. O mais conhecido deles, o francês Bernard Wallerstein, dono de uma casa de moda feminina que também vendia calçados, charutos, jóias e vinhos, era o maior fornecedor da Casa Imperial, figurando nas memórias de Joaquim Manuel de Macedo como o “Carlos Magno da rua do Ouvidor”. Mais para o fim do século, a este grupo vieram se juntar judeus da região da Alsácia-Lorena, à época disputada em guerras entre França e Alemanha.

Este não foi, no entanto, o mais importante movimento migratório de judeus para o Brasil deste período. Nesta ocasião, judeus marroquinos começaram a cruzar o oceano Atlântico, em busca de melhores condições de vida e da liberdade religiosa de que não dispunham em seu país de origem. A seu favor, tinham o conhecimento do espanhol e do português, por serem descendentes diretos das comunidades expulsas da Península Ibérica. Alguns destes marroquinos dirigiram-se para Pernambuco e para Bahia, como fez Isaac Amzalak, comerciante que sentou praça em Salvador, e cuja filha foi tema de platônicos versos do vizinho Castro Alves, que a ela se dirigia como “linda, sedutora Hebréia.../ Pálida rosa da infeliz Judéia”. Mas a grande maioria foi mesmo para a Amazônia. Embora não existam dados demográficos sobre o assunto, sabe-se que estes judeus chegavam às centenas, estabelecendo-se no início nos confins da selva amazônica ou em cidades ribeirinhas. Acabariam se dedicando, ali, ao comércio local, onde enfrentaram por vezes a concorrência e a animosidade de outros negociantes, como ocorrido em Cameté já em 1901, quando lojas foram atacadas no episódio conhecido como “Mata-Judeu”. Só mais

tarde, com o enriquecimento das gerações seguintes, é que estas pessoas transferiram-se para Belém ou Manaus. Porto de chegada da maioria dos imigrantes do Marrocos, não é à toa que a primeira cidade foi palco da organização da primeira comunidade judaica do Brasil independente, com o estabelecimento da sinagoga *Eschel Abraham* em 1824.

Como resultado das vagas migratórias do século XIX, os judeus passaram a adquirir certa visibilidade na sociedade brasileira, tanto que o próprio João do Rio os descreveu em uma de suas crônicas de 1904, citando as duas sinagogas existentes no Rio de Janeiro, a Associação Israelita Universal dos alsacianos e a *Shel Guemilut Hassadim* dos marroquinos, e espantando-se com a diversidade que havia encontrado: “Havia gente morena, gente clara; mulheres vestidas à moda hebraica de túnica e alpercata, mostrando os pés, homens de chapéus enterrados na cabeça, caras femininas de lenço amarrado na testa e crianças lindas.”

Exatamente nesta época, nova onda imigratória, totalmente distinta das anteriores, começou a ocorrer. Fugindo dos ataques anti-semitas que sobrevieram ao assassinato do czar russo em 1881, judeus pobres do Leste Europeu começaram a buscar refúgio em outras regiões. Foi por isso que, ainda na década de 1890, grupos de judeus da Europa Ocidental começaram a buscar meios e locais para facilitar a transferência de judeus russos para colônias agrícolas na América; neste contexto, foi fundada a *Yidishe Kolonizatsye Gezelshaft* (Associação da Colonização Judaica, ou ICA), primeiro na Argentina, depois no Rio Grande do Sul, que tentava atrair o interesse dos governos locais para a imigração judaica e encorajar investimentos.

Desde o início, o projeto da ICA encontrou vários problemas, sendo o primeiro deles a falta de atração dos judeus da Europa Oriental pelo Brasil, que consideravam um lugar de doenças e pobreza. Com o aumento do anti-semitismo, no entanto, algumas famílias prontificaram-se a vir, mas o cenário com o qual elas se depararam não foi dos mais animadores: além da inexperiência no trato com a terra, com as pragas e com as sementes de duvidosa qualidade, os colonos judeus ainda tinham que enfrentar uma cultura do trabalho agrícola em que o padrão vigente ainda era o do recém-abolido trabalho escravo. Estas razões, aliadas à má administração, foram a causa do relativo insucesso da experiência – já que, de qualquer forma, muitos judeus conseguiram fugir da Europa

através da ICA; a maioria dos imigrantes, depois de pouco tempo, deslocava-se para cidades como Porto Alegre e São Paulo.

Foram exatamente estas cidades, além do Rio de Janeiro, que receberam o maior contingente de judeus chegados depois da Primeira Guerra Mundial. Consta que, na década de 1920, 30.000 judeus entraram no país, perfazendo um total de cerca de 60.000 em 1930. Além da Europa Oriental, provinham imigrantes de todas as regiões do então esfacelado Império Otomano, como Turquia, Grécia e Rodes. Vindos inicialmente sozinhos, com a intenção de “fazer a América” e ganhar o suficiente para retornar às suas casas, com o passar do tempo, as possibilidades de ascensão econômica e o recrudescimento do anti-semitismo na Europa, muitos imigrantes passaram a mandar trazer suas famílias. Após 1925, cerca de dois terços dos imigrantes judeus chegavam com passagens pré-pagas por seus parentes já estabelecidos no país.

Quadro 3: Imigração Judaica e Geral para o Brasil, 1881-1942

Anos	Imigração Total para o Brasil	Imigração de Judeus para o Brasil	%	% relativo à Imigração Judaica Mundial
1881-1900	1.654.101	1.000	0,06	0,1
1901-1914	1.252.678	8.750	0,07	0,5
1915-1920	189.417	2.000	1,0	2,2
1921-1925	386.631	7.139	1,8	1,7
1926-1930	453.584	22.296	4,9	12,9
1931-1935	180.652	13.075	7,2	5,5
1936-1942	120.318	14.576	12,1	3,6

Fonte: LESSER, Jeffrey H. *O Brasil e a Questão Judaica: imigração, diplomacia e preconceito*. Rio de Janeiro: Imago, 1995, p. 180

Morando nos bairros do Bomfim em Porto Alegre, do Bom Retiro em São Paulo e da Praça Onze no Rio de Janeiro, ainda pouco familiarizados com os mecanismos de sociabilidade brasileiros, e provavelmente habituados à exclusão vivida em suas sociedades de origem, os judeus do Leste Europeu recriaram no Brasil a intensa vida cultural e política de que desfrutavam anteriormente, fundando jornais, bibliotecas, escolas, sinagogas, associações femininas, de ajuda mútua e de apoio a recém-chegados. Além disso, as agremiações político-partidárias socialistas e sionistas continuariam a provocar as mesmas apaixonadas discussões, que aqui eram traduzidas na disputa pelo controle das recém-fundadas instituições, como a Biblioteca Scholem Aleichem, que mais tarde se tornaria o centro do movimento judaico progressista no Rio de Janeiro. Por sua vez, o movimento

sionista – que visava, inicialmente, a somar esforços pela criação do Estado de Israel e depois a fomentar a imigração de judeus para lá – teve importante papel na estruturação da comunidade judaica no Brasil; seus líderes, pessoas tão diferentes como o Major Eliezer Levy, que do Pará correspondeu-se com o futuro primeiro-ministro de Israel Chaim Weizmann, e Samuel Malamud, primeiro cônsul-honorário de Israel no Brasil, tinham a preocupação de criar instituições que cumprissem a função de unir e fortalecer a comunidade judaica brasileira.

Mesmo assim, não havia muitos contatos entre a comunidade dos recém-chegados e a dos judeus *sefaradim* já estabelecidos; na verdade, poucos meios existiam de comunicação possível entre os dois grupos, já que o *ídiche*, dialeto falado pelos *ashkenazim* da Europa Central, não era entendido pelos outros. A separação entre as duas comunidades era tal que o *sefaradi* paraense Abraham Benoliel, colunista da seção “Correio Israelita” do *Correio da Manhã*, chegou a fazer um apelo aos editores dos jornais *ídiche* para que passassem a publicar suas notícias também em português, a fim de que a totalidade da comunidade pudesse lê-las. Tampouco havia interação com o grupo formado pelas *polacas*, judias prostitutas que no Brasil e na Argentina chegavam desde fins do século XIX, e os *cáftens* que as dominavam. Por conta da preocupação em não deixar que a imagem da prostituição e do tráfico de “escravas brancas” fosse associado ao judaísmo, estas mulheres acabaram vivendo à margem das comunidades judaicas; mesmo assim, mantiveram fortes as ligações com a religião, fundando suas próprias sinagogas, associações beneficentes e cemitérios.

A década de 1930, no entanto, veio modificar substancialmente um cenário já pouco favorável aos judeus europeus. Com a ascensão dos nazistas ao poder na Alemanha, em 1933, e a subsequente promulgação das Leis de Nuremberg, teve início um grande êxodo de judeus alemães. Mas estes já não encontrariam portas abertas nos Estados Unidos, que havia adotado leis restritivas à imigração, nem nos muitos outros países que haviam feito o mesmo. Estava criado o drama dos refugiados, que se tornava mais grave à medida que países como a Itália endossavam as medidas anti-semitas tomadas pelos nazistas e o início da Segunda Guerra Mundial se aproximava.

Tabela 4: Imigração Judaica para o Brasil por País de Origem, 1925-1935

País	1925	1926	1927	1928	1929	1930	1931	1932	1933	1934	1935
Polônia	802	1009	1095	1290	2765	1168	753	931	1920	1746	1130
Alemanha	0	0	0	0	0	0	0	0	363	835	357

Rússia	225	283	286	315	0	0	0	0	0	0	0
Lituânia	0	0	0	151	60	7	0	0	0	0	0
Romênia	220	283	571	43	58	0	135	0	210	292	127
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	824	921	144
Total	1690	3154	3175	3167	4874	3558	1985	2049	3317	3794	1758

Fonte: LESSER, Jeffrey H. *O Brasil e a Questão Judaica: imigração, diplomacia e preconceito*. Rio de Janeiro: Imago, 1995, p. 28

No Brasil, as mudanças ocorridas a partir da Revolução de 1930 provocaram alterações importantes no discurso sobre a importância da imigração. Intelectuais nacionalistas como Oliveira Vianna defendiam a limitação da entrada no país àqueles imigrantes desejáveis, que pudessem contribuir positivamente para a nacionalidade brasileira, trabalhando a terra ou trazendo capitais, e assimilando-se ao resto da população. Para eles, os judeus não faziam nem uma coisa, nem outra: moravam nas grandes cidades e dedicavam-se ao comércio, mantinham seus idiomas de origem e neles educavam seus filhos. Mesmo com o grande número de judeus alemães, austríacos e italianos que passaram a procurar vistos para entrar no país – estes confundiam o estereótipo comum do judeu pobre e comunista por falarem muitos idiomas, serem politicamente moderados e disporem de algumas posses –, crescia a rejeição à entrada de judeus no país na mesma velocidade que o número de pedidos de visto na Europa aumentava. Assim que, depois de adotar restrições à imigração desde o início daquela década, com a criação das *cartas de chamada* (comprovação da existência de familiares no país) e da implementação do sistema de cotas, em 1935 o governo brasileiro começou a negar vistos a judeus; já durante o Estado Novo, uma circular secreta proibiu totalmente a concessão de vistos a “pessoas de origem semita”, inclusive turistas e negociantes, causando uma queda de 75% da imigração judaica ao longo daquele ano.

Tabela 5: Imigração de Judeus Alemães para o Brasil, 1933-1942

1933	363
1934	835
1935	357
1936	1172
1937	1315
1938	445
1939	2899
1940	1033
1941	406
1942	4
Total	9431

Fonte: LESSER, Jeffrey H. *O Brasil e a Questão Judaica: imigração, diplomacia e preconceito*. Rio de Janeiro: Imago, 1995, p. 184

Daí em diante, e até o fim da Segunda Guerra Mundial, a política imigratória brasileira foi extremamente ambígua, ora interrompendo totalmente a entrada de judeus, ora fazendo algumas exceções, geralmente concedidas a partir de intervenções pessoais junto às autoridades. Muitas vezes, diplomatas tratavam a questão dos vistos de acordo com suas próprias convicções, ora negando vistos, ora os concedendo, como fazia o embaixador Luís Martins de Souza Dantas, que de Paris salvou inúmeras vidas. Mesmo com as imposições da lei, muitos judeus continuaram entrando ilegalmente no país durante a guerra; as ameaças de deportação em massa nunca foram concretizadas, apesar da extradição de alguns indivíduos por sua militância política, como aconteceu com Olga Benário e Jenny Gleizer.

Por isso, entendem-se as dificuldades e a intensa polêmica que cercam a compreensão da política imigratória do Estado Novo, já que, se muitos judeus foram impedidos de entrar, outros tantos lograram fazê-lo; ao mesmo tempo, aqueles que aqui se estabeleceram em pouco tempo obtiveram suas naturalizações, conseguiram empregos na indústria, no comércio e em universidades brasileiras, ou se estabeleceram em áreas de colonização alemã, como em Rolândia, no Paraná. Assim, longe de serem devidas à política sistematicamente anti-semita do Estado Novo, as atitudes tomadas neste período em relação aos judeus serão bem melhor compreendidas se inseridas no contexto mais amplo da preocupação com a formação da nacionalidade brasileira e da política externa pendular do governo que buscava extrair dividendos da tensa situação internacional.

Com o fim da Segunda Guerra, depois da chegada de sobreviventes do Holocausto, as imigrações de judeus para o Brasil foram marcadas por eventos bastante específicos, como a crise egípcia do Suez e a invasão da Hungria pelas tropas soviéticas em 1956. Na realidade, a partir da década de 1950, a situação dos judeus no Brasil alterou-se substancialmente. Agora já pertencentes, em grande parte, à classe média, as comunidades começaram a voltar-se mais para questões nacionais, e seus membros passaram a participar, como quaisquer outros, do processo político por que passava o país. Não por acaso, foi neste momento que a presença de judeus na indústria, no comércio e na produção editorial e intelectual começaram a se fazer sentir com mais força: este é o caso da fábrica de

brinquedos Estrela, da loja Casas Bahia, das editoras Perspectiva e Nobel, e da livraria Cultura, entre outros.

O estabelecimento do regime militar em 1964, no entanto, trouxe novos desafios para os judeus; enquanto setores da comunidade davam suporte ao regime, muitos faziam parte da oposição, integrando por vezes movimentos de luta armada. Com o AI-5 e a institucionalização da repressão, vários migraram para o Estado de Israel, movimento em geral não muito comum entre os brasileiros, menos apegados à doutrina sionista que seus vizinhos argentinos.

Tabela 6: Imigração de Judeus do Brasil para Israel, 1964-1974

Ano	Número
1964	404
1965	290
1966	201
1967	145
1968	199
1969	604
1970	752
1971	594
1972	451
1973	291
1974	244
Total	4175

Fonte: PERGOLA, Sergio della. Demographic Trends of Latin American Jewry. In: ELKIN, Judith & Gilbert W. Merckx (orgs.). *The Jewish Presence in Latin America*. Boston: Allen & Unwin, 1987.

A grande maioria, no entanto, nesta época fincou definitivas raízes no país: por trazerem em sua bagagem grande experiência como comerciantes, financistas e profissões liberais em geral, a integração da segunda geração de judeus na sociedade urbano-industrial em que o Brasil se transformava foi bastante facilitada. Foram, sobretudo, beneficiados pelo importante papel dado por seus pais à educação formal – em 1968, todos os judeus de São Paulo em idade escolar frequentavam o segundo grau; dez anos depois, 20,4% deste grupo tinha curso superior, contra 1,4% do total dos habitantes do estado. A importância dada pelos judeus em geral à educação e ao ensino superior, aliás, já vinha sendo aproveitada há um bom tempo pelas universidades brasileiras, que empregavam vários cientistas e intelectuais a década de 30, quando estes começaram a chegar em maior número e aquelas instituições estavam sendo formadas. Este foi o caso, por exemplo, dos químicos Heinrich Rheinboldt e Fritz Feigl, do físico Hans Stammreich, do biólogo Ernst Marcus e dos intelectuais Jacó Guinsburg e Anatol Rosenfeld.

Familiarizados com a sociedade e os costumes do país, estes judeus brasileiros, assim como já haviam feito os descendentes dos imigrantes *sefaradim* no início do século, passaram a participar de todas as esferas da vida brasileira. Isto acontecia principalmente na área cultural, em que judeus como os artistas Lasar Segall e Frans Kracjberg, e o escritor Moacyr Scliar, abordavam temas de interesse geral, mesmo quanto a temática judaica estava presente, e dirigiam suas obras para o grande público. Também por conta do mesmo movimento, principalmente a partir da década de 1970, casamentos entre judeus e não-judeus tornaram-se fenômeno comum em todas as grandes cidades brasileiras.

A inexistência de movimentos anti-semitas ou práticas discriminatórias significativos no Brasil contribuiu para que os laços étnicos judaicos, antes definidos pela religião, cultura, língua e filiação política, fossem aos poucos sendo substituídos por uma identificação geral com a classe média, que não destruiu, no entanto, os muitos vínculos que ainda ligam a comunidade judaica brasileira. Contando hoje com uma população de cerca de 100.000 habitantes, pode-se dizer que os judeus, ao longo de sua permanência no Brasil, redefiniram as bases de sua identidade, a ponto de não poderem mais ser dissociados do país onde nasceram ou para o qual imigraram. São, em sua grande maioria, como Clarice Lispector, ucraniana de origem judaica, a maior de todas as escritoras brasileiras, que uma vez declarou: “Fiz da língua portuguesa minha vida interior”.

Bibliografia

- NOVINSKY, Anita. *Cristãos-Novos na Bahia*. São Paulo: Perspectiva, 1970. 239 p.
- MELLO, José Antonio Gonsalves de. *Gente da Nação: cristãos-novos e judeus em Pernambuco, 1542-1654*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco / Editora Massangana, 1989. 552 p.
- LESSER, Jeffrey H. *O Brasil e a Questão Judaica: imigração, diplomacia e preconceito*. Rio de Janeiro: Imago, 1995. 371 p.
- SCLIAR, Moacyr et alii. *Do Eden ao divã : humor judaico*. São Paulo: Shalom, 1990. 209 p.
- SORJ, Bila (org). *Identidades Judaicas no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Imago, 1997. 152 p.